

Antiguidade Tardia: conceitos e história a partir de uma perspectiva brasileira

Late Antiquity: concepts and history from a Brazilian perspective

FUNARI, Pedro Paulo A.; CARLAN, Cláudio Umpierre.
Antiguidade Tardia e o fim do Império Romano no Ocidente. São Paulo: Fonte Editorial, 2016, 116p.

Jefferson Ramalho*

Recebido em: 02/07/2016
Aprovado em: 16/09/2016

A obra *Antiguidade Tardia e o fim do Império Romano no Ocidente*, do historiador e arqueólogo Pedro Paulo Abreu Funari e do historiador e numismata Cláudio Umpierre Carlan, resulta das já consolidadas e reconhecidas experiências científicas que ambos têm desenvolvido em História e em Arqueologia, demonstrando a importância e a indispensabilidade do diálogo interdisciplinar entre essas duas áreas. Funari, como professor titular de História Antiga da Universidade Estadual de Campinas/SP, e Carlan, como professor adjunto de História Antiga na Universidade Federal de Alfenas/MG, têm realizado diversas parcerias ao longo dos últimos dez anos, que se concretizam em publicações de artigos e livros, participações em bancas e congressos, atuações no Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, da Unicamp, além de atuarem de maneira conjunta como orientadores e interlocutores de pesquisas diversas desenvolvidas por seus respectivos orientandos de mestrado e doutorado.

Na obra, em particular, que aqui resenhamos, Funari e Carlan têm como objetivo, além de explicitar o processo de consolidação do conceito denominado *Antiguidade Tardia*, demonstrar de que forma o Império Romano tardio, sobretudo do século III em diante, possui diversas questões que são relevantes para uma compreensão daquele tempo, mas também do nosso. Pluralidade religiosa, estabilidade e instabilidade da

* Doutorando em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com bolsa CAPES e sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari. Mestre em Ciências da Religião (PUC-SP), com licenciatura em História e bacharelado em Teologia.

economia, manutenção da segurança e da paz social, rivalidades e divergências entre as potências são questões que não apenas compõem o cenário romano daquele período, mas também demonstram o quanto correspondem a temas, sobremaneira, atuais.

Destinado a estudiosos, especialistas, eruditos, professores e estudantes, mas também a leitores curiosos e com experiência em processo de iniciação, o livro *Antiguidade Tardia e o fim do Império Romano no Ocidente* possui uma linguagem acessível, simples, dinâmica, didática e esclarecedora. Seu primeiro intento, por exemplo, é o de fornecer-nos uma breve leitura introdutória, panorâmica, mas ao mesmo tempo situada e focada no contexto ocidental do mundo romano entre os séculos III e VIII, com atenção maior sendo dada ao final do século III e a todo o século IV, à Tetrarquia (293) empreendida por Diocleciano (284-305), à dinastia constantiniana (306-364), à oficialização do cristianismo como religião do Império (380) por parte de Teodósio I (378-395) e às características religiosas e militares de todo esse período.

O livro não possui numeração nos capítulos, o que não atrapalha o andamento da leitura e a identificação do fio condutor da obra. A propósito, a leitura é bastante fluida e os capítulos são brevíssimos, com exceção de um ou outro. Deve ser destacada a presença constante de citações das obras consultadas e a de uma cronologia elaborada pelos próprios autores, que se encontra logo após a Conclusão. Também é importante registrar que Funari e Carlan se preocuparam em, ao final, anexar todas as citações diretas que foram extraídas de textos escritos originalmente em línguas estrangeiras.

Ainda que sem as comuns numerações de Partes e Capítulos em obras dessa natureza, podemos identificá-las após a leitura. Basicamente, portanto, poderíamos sugerir que a obra de Funari e Carlan se estrutura da seguinte maneira: Parte 1: Conceitos de Antiguidade Tardia e diversidade interpretativa (capítulos 1, 2, 3, 4 e 5); Parte 2: O contexto histórico e a dinastia constantiniana (capítulos 6, 7 e 8); Parte 3: O cenário militar romano da Antiguidade Tardia (capítulos 9, 10 e 11); Parte 4: A economia romana, as moedas e as reformas (capítulos 12 e 13); e, finalmente, a Parte 5, composta apenas por um capítulo intitulado *O estudo da Antiguidade Tardia no Brasil*.

O primeiro capítulo, dos quatorze que compõem a obra, foi intitulado *O que entendemos por Antiguidade Tardia*. Tem como objetivo não apenas apresentar aquilo que os próprios autores entendem acerca desse conceito, mas como diferentes historiadores, estrangeiros e brasileiros, delimitam o período ao qual denominam *Antiguidade Tardia*. Todos eles situam, *grosso modo*, o seu início entre meados do século II e início do século III e o seu término nos últimos anos do século VIII. Para Funari e Carlan, já no segundo capítulo, intitulado *Épocas da Antiguidade Tardia*, é mais flexível considerar que por Antiguidade Tardia deve ser definido o contexto compreendido entre o século II, no

governo de Marco Aurélio (161-180), e o início do século IX, no reinado de Carlos Magno (800-814), no chamado Sacro Império Romano-Germânico, coincidindo com o avanço do Islã, tanto no Oriente como no Ocidente.

Após construírem uma breve exposição de hipóteses, segundo as quais a História é marcada, por exemplo, por continuidades culturais, mas também por rupturas, Funari e Carlan salientam que os modelos interpretativos resultam de experiências históricas de distintos momentos e sociedades. Tanto o conceito recente ao qual se denomina *Antiguidade Tardia* como o clássico conceito *Baixo Império* evidenciam escolhas teóricas, epistemológicas, que existem na historiografia, mas que olham para o passado de maneiras diferentes, tendo em vista não apenas as variantes interpretativas, mas a amplitude documental, tanto literária como arqueológica, correspondente a tal período. Referimo-nos às variantes interpretativas, uma vez que estas são advindas não apenas de historiadores, mas das próprias sociedades humanas, que, em suas distinções, ou adotam uma abordagem normativa ou optam por considerar o fator religioso.

Uma segunda parte do livro, composta por três capítulos, trata do contexto histórico da Antiguidade Tardia e, de maneira particular, da dinastia constantiniana. O bloco começa tratando da Tetrarquia instituída por Diocleciano no ano 293, que duraria por exatos vinte anos, até começar a se deteriorar após Constantino (306-337) derrotar Maxêncio (306-312), na famosa Batalha da Ponte Mílvia (312), e promulgar o Edito de Milão (313) em conjunto com Licínio (308-324), então César no Oriente. Tal edito concedia liberdade de culto aos cristãos de todo o Império e colocava um fim oficial à perseguição religiosa instituída por Diocleciano, em 303.

Funari e Carlan fazem, no capítulo *O mundo romano na Antiguidade Tardia: acenos ao contexto histórico*, uma breve, mas precisa, releitura acerca do cenário político romano entre o final do século II, em especial, após a morte do imperador Alexandre Severo (222-235), já na primeira metade do século III, passando pelas invasões dos povos chamados pela historiografia de bárbaros, pela Anarquia Militar (235-268) e pelos imperadores Ilírios (268-284), até dissertarem com riqueza de síntese a história romana desde Diocleciano a Juliano (355-363), pinçando apenas aspectos relevantes para uma compreensão do cenário político da Antiguidade Tardia. O referido capítulo encerra-se tratando de ações decisivas para a reconfiguração do Império e que foram praticadas por Valentiniano I (364-375) e Teodósio I (378-395), sucessores de Juliano.

As transformações religiosas e o quanto foram decisivas entre os séculos II e IV são questões tratadas à parte. O capítulo sobre o conflito entre pagãos e cristãos tem esse aspecto como objetivo central, e a maneira como o fracasso processual da religião tradicional politeísta e o lento, mas ao mesmo tempo iminente, processo de aceitação

do cristianismo como religião livre e não mais ilícita mostram-se como fatores de suma importância para a construção de um discurso que verá no abandono do paganismo e na adesão ao Deus dos cristãos uma maneira de salvar o Império da ruína. Esta perspectiva discursiva será produzida e difundida, sobretudo, na escrita do bispo e intelectual cristão Eusébio de Cesareia (263-339), cuja obra e narrativa historiográfica são comentadas por Funari e Carlan no capítulo intitulado *Constantino e o surgimento do Império Cristão*.

A providência divina, a visão mística de uma cruz por Constantino, o seu triunfo sobre Maxêncio na Batalha da Ponte Mílvia, a ascensão do Senado e o processo de expansão da Cristandade após esses acontecimentos são mencionados e comentados a partir da leitura que os autores fazem da narrativa eusebiana e comparados com a exaltação do poder político, graças à ação divina impressa em moedas, o que se torna comum tanto naquele período como na Modernidade, em Portugal e no Brasil.

O cenário militar romano da Antiguidade Tardia é tema do terceiro bloco da obra e se compõe de três breves capítulos. Tal brevidade não lhes anula a relevância. Mais uma vez o ponto de partida da leitura proposta pelos autores é a Tetrarquia de Diocleciano. Suas reformas militares, cujo intuito era preservar a eficácia do exército, o crescimento das chamadas legiões, a realização de uma distinção entre o exército fixo na proteção dos limes e o exército móvel, também conhecido como exército de campanha, a criação das doze dioceses sujeitas à autoridade de um vigário, quatro prefeitos pretorianos e quatro governantes administrativos e, sobretudo, o crescimento efetivo do exército, em paralelo ao já mencionado crescimento das legiões, são algumas das medidas tomadas por Diocleciano citadas e comentadas por Funari e Carlan.

Com base na obra *Nova História*, do historiador pagão Zósimo, cujas datas de nascimento e morte se perderam – apenas se sabe que viveu no final do século V –, os autores discorrem acerca dos empreendimentos militares de Constantino, uma vez que tanto Lactâncio como Eusébio os omitem. Estes dois escritores, como sabemos, preocuparam-se com a construção de uma imagem piedosa de Constantino. Embora tratem de algumas batalhas vencidas por ele, não detalham os números relativos aos investimentos, às reformas e às ampliações que ele promoveu no setor militar. Para isso, portanto, Funari e Carlan tiveram que recorrer a Zósimo, mas também à documentação numismática, cujas inscrições e representações propagandeavam, promoviam e legitimavam o poder imperial, seus investimentos e suas façanhas no setor militar.

A terceira parte do livro discorre ainda acerca da rivalidade entres os romanos e a dinastia sassânida (224-651), uma vez que esta ocupa grande parte da chamada Antiguidade Tardia, acompanhando persas e romanos por um longo período, até os anos iniciais das primeiras invasões islâmicas. O papel das legiões nesse contexto é de suma importância.

Por isso que Funari e Carlan encerram esse bloco sobre as questões militares, detalhando-as. Além de corresponderem a uma divisão fundamental e, ao mesmo tempo, bastante numerosa do exército, as legiões representavam um papel tradicional preponderante na cultura militar romana. Por vezes, havia conflitos entre elas, mas sempre com a identidade militar romana sendo preservada. Essa característica, porém, começa a se reformular a partir das invasões bárbaras, concomitantes às crises econômicas que culminaram em faltas de pagamentos e em quedas na entrada de novos recrutas nas legiões, que, nas palavras dos autores, aos poucos se barbarizavam até se tornarem emancipadas em definitivo da tutela romana, vinculando-se a novos reinos.

O quarto bloco da obra de Funari e Carlan trata, em dois capítulos, acerca da economia romana, suas reformas e o papel exercido pelas moedas. Inicia-se apontando a situação crítica que o Império vivenciava no século III em relação às questões econômicas. A inflação, por exemplo, foi um fenômeno peculiar da economia romana a partir do século III, segundo os próprios autores. Enquanto os preços aumentavam, o valor da moeda despencava. Aureliano (270-275) tentou restabelecer a situação financeira do Império e equilibrar a sua economia por meio da implantação de novas oficinas de cunhagem, às quais ele próprio determinou que se fechassem pouco tempo depois. Nesse sentido, o cenário político foi diretamente afetado pelas relações comerciais, culminando, inclusive, em diversas guerras civis durante boa parte dos séculos III e IV.

As decisões e medidas arbitrárias de Diocleciano; a tentativa de controle da inflação por parte de Constantino, por meio da criação, no ano 310, de uma nova moeda de ouro chamada *solidus*, mas que circulou apenas entre os membros da elite político-econômica; o fechamento de mais casas monetárias, que só voltariam a ser reabertas em 332, após o confisco de templos pagãos; a divisão do território romano entre os herdeiros de Constantino depois da sua morte; a ascensão de Juliano ao poder; e, por fim, a elevação dos impostos e até mesmo a emissão de moedas falsas por Valentiniano I foram insuficientes para salvar o Império Romano de sua iminente derrocada.

O livro é concluído com uma quinta parte composta pelo capítulo *O estudo da Antiguidade Tardia no Brasil*, no qual são apresentados os principais intelectuais e suas respectivas obras sobre o tema já publicadas em nosso País. Destaca-se a preocupação, entre eles, às questões concernentes às relações de poder e à tradição clássica romana. Uma brevíssima Conclusão, uma Cronologia Panorâmica e uma Lista com sugestões de leitura para aprofundamento em temas diversos da Antiguidade Tardia encerram a obra.